

17/81  
Brasília, DF, dia de 2002.

De: ÁLVARO Fernandes Sampaio – TUKANO,

Para: Diretoria do CAF.

Assunto: Relatório das atividades.

A minha região: Rio Negro.

São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos são municípios amazonenses de maior densidade indígena. Até na década de 1980 os missionários se sentiam vitoriosos, porque segundo estes os índios deixaram de serem "índios", que já eram civilizados e cristianizados, integrados à comunhão nacional.

Cada um de nós tem uma versão sobre o colonialismo do Estado e da Igreja. Quando soubermos que tipo de educação que recebemos das pessoas de fora, certamente veremos mais prejuízo para o nosso lado. Por exemplo, a perda de línguas próprias, as cerimônias e diversas manifestações culturais. As nossas terras foram divididas entre os homens do Estado e Igreja ( Prefeitos e Santos da Igreja Católica que hoje são os padroeiros nas paróquias e comunidades). Hoje cada município tem o seu prefeito e um santo padroeiro. E, infelizmente, não temos nenhuma data para lembrar de nossos heróis indígenas que lutaram tanto por nós diante das invasões.

Minha infância.

Eu nasci na aldeia São Francisco, Pari Cachoeira e desde cedo acompanhei os passos do meu avô João ( Pipira) e do meu pai Casimiro. Estando no colégio interno entre 1963 à 1966 sempre observei o comportamento e a luta dos líderes indígenas que pensaram em salvar os tantos povos que foram enganados pela civilização européia. Eles promoviam as festas tradicionais e davam as diretrizes políticas próprias para resistir a expansão colonial. E, por isso, duras críticas levaram os nossos pais por parte de líderes feitos pelos missionários. Segundo os críticos, nós éramos os índios, os comedores de epadú ( coca ), os atrasados que não queríamos o progresso do mundo branco.

Foi a pura inveja que eles tinham de nós, porque Pari Cachoeira teve bons políticos indígenas tradicionais que nos educaram muito bem para defender a causa indígena.

## O sofrimento de outros índios brasileiros.

De agosto/1977 à janeiro de 1980 estudei na cidade de São Luis, MA. Através de jornais conheci os parentes Guajajara que lutavam pelos seus direitos à Terra. Muitos foram mortos por fazendeiros e seus pistoleiros. Isso me chocou e não consegui estudar mais, porque era numa época tensa de Ditadura Militar. Passei o meu tempo lendo mais os jornais das entidades indigenistas, por exemplo, CIMI, ANAI, ABA, SBPC e OAB que defendiam os direitos coletivos do povo brasileiro.

No começo da década de 1980, voltei de São Luis/MA para Cachoeira, e tinha uma visão mais avançada em torno da Questão Indígena. Na minha terra ainda existia muita gente que tinha medo dos padres e dos comerciantes. Ninguém poderia fazer reclamação, porque estes eram "brancos", "civilizados", amigos do Governo Federal. Então, era preciso quebrar o silêncio frente ao Estado e Igreja no Rio Negro que só defendiam o colonialismo no meio de nosso povo.

Nessa época chegou o Papa João Paulo II em Manaus, ouviu o discurso contundente do Marçal de Souza, Guarani e Cacique Mário Juruna, Xavante e outros foram os destaques na imprensa. Este Papa defendeu e até hoje continua defendendo os povos indígenas, o contrário de certos missionários do Rio Negro que nem queriam ouvir da questão indígena. Por exemplo, em Pari Cachoeira o padre Norberto Hohoncherer sempre desafiou as nossas lideranças, combateu duro a nossa cultura, e nunca nos disse de que éramos capazes de cuidar de nossa vida, defender os nossos territórios frente à expansão de colonialismo do Estado Brasileiro. Essa briga não era nova, porque os nossos antepassados tiveram muitos problemas com os missionários e comerciantes.

## O IV Tribunal Bertrand Russell, Rottêrdan, Holanda.

Para certos missionários, políticos e militares anti-indígenas o ÍNDIO BOM é aquele que reza todos os dias, faz confissão de seus pecados e depois comunga. O ÍNDIO BOM é aquele que decora as canções militares e que obedece a hierarquia. Na minha época era assim, não dava para resmungar ao padre e quem o desagradava era expulso para sempre do colégio. Essa foi a regra em todo Rio Negro.

O erro acumulado por colonialistas não poderia continuar daquela maneira ou seja, por que permitir que certos estrangeiros tenham que mandar mais do que nós na nossa terra? Será que o padre não é gente como nós? Então, eu entendi que muitos missionários foram bons e que nos ajudaram na alfabetização e nos colocaram diante do sistema perverso e por onde éramos excluídos para tomar as decisões pelo nosso futuro, isto é, até na década de 1980 os missionários eram os nossos intermediários em tudo.

No dia 17 de Novembro de 1980, durante o IV Tribunal Bertrand Russell, em Rotterdam, Holanda, acusei o Dom Miguel Alga por estar promovendo os crimes de

etnocídio no Rio Negro. Eu e muitos alunos internos fomos proibidos de expressar em nossas línguas, contrariando os dispositivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – A Liberdade de Expressão. Vi com meus olhos na década de 1970 quando as nossas parentas foram agarradas e estupradas pelos soldados da 1ª Cia do 1º Batalhão de Engenharia e de Construção - BEC e peões das empresas da Queiroz Galvão, EIT, DNER, LASA que por aqui passaram. Houve o deslocamento de muitas moças indígenas para centros urbanos para servirem de babás nas casas de amigos das freiras, isto é, servindo de mão-de-obra barata. E, conseqüentemente muitas se prostituíram. Outras simplesmente sumiram, nem se quer deram notícia. Nós sabemos muito bem para onde que foram parar os nossos parentes e que condições vivem nas cidades.

Diante desse quadro os nossos missionários ficaram caladinhos, não nos defenderam nada em nenhum momento. Hoje, certamente, muitas índias que trabalharam nos colégios nunca receberam aposentadoria, isto é, simples foram usadas e depois esquecidas. Isso é verdade. Creio que temos muita coisa para falar sobre esse assunto, o nascimento de muitos mestiços que nunca conheceram seus pais.

As minhas declarações me custaram caro, pois até o presente momento fui marginalizado dentro da Igreja Católica e Estado ( FUNAI ). Porém, mantive firme os meus propósitos e não retirei nenhuma palavra. E, se houvesse outro tribunal dessa natureza, repetiria o meu discurso e daria mais informações sobre a questão indígena.

A UNI – União das Nações Indígenas.

Na década de 1980 fui impossibilitado de retornar a minha aldeia devido o controle total por parte da Prelazia do Rio Negro, PRN, porque para viajar no avião da FAB era jeito dar o nome na missão. Eu não tinha amigo nesses momentos e nem podia viajar no barco, porque quem viajava no Barco Auxiliadora do Dom Minguei Alagna eram pessoas que aceitavam a doutrina católica. Eu não encontrei nenhuma segurança na cidade de Manaus e parti para São Paulo, capital.

Conhecendo o cacique Mário Juruna e outros líderes importantes, criamos a UNI - União das Nações Indígenas, com sede em São Paulo, capital. Por sorte do meu destino conheci o Dr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do CEDI, hoje, ISA, e foi este quem deu o apoio logístico para continuar na luta. Foi a época dura, longe da terra natal mas, importante para tecer a luta junto aos trabalhadores urbanos e camponeses. Foi nessa época que conheci o LULA, Luís Inácio da Silva e líderes do Movimento dos Sem Terra, os demais líderes dos sindicatos e aprendi a ouvir e dialogar com adversários políticos que se encontravam dentro da FUNAI e na Igreja.

Em seguida, descentralizamos a UNI em todo Brasil, isto é, eu e companheiro Ailton Krenak criamos várias filiais da União das Nações Indígenas espalhadas pelo Brasil, e outras tiveram nomes diferentes e todos tínhamos o mesmo objetivo: Defender a demarcação da terra; a educação própria como um dos princípios

*A. S. Sampaio*

dos Direitos Humanos, participar e melhorar a legislação no Capítulo da Constituição Federal em relação aos Índios. E foi isso que fizemos; nos reunimos com centenas de líderes para discutir a nossa legislação. E foi nesse contexto político é que nasceu a COIAB, na cidade de Itacoatiara, AM. Eu me lembro do Manoel Moura, Carlos Eugênio Fernandes Machado, Avelino Castro, Terêncio Macuxi, Clóvis Wapixana, Gilberto Macuxi, Dico Sateré-Mawé, Donato Sateré, Emílio Michelis, Sateré-Mawé, Pedro Inácio, Tikuna, Pedro Mendes, Tikuna e outros tantos que até hoje continuam lutando, mas que não são lembrados pelos jovens dirigentes do movimento indígena.

#### O cenário internacional.

No cenário internacional, tracei alianças com o Conselho Mundial dos Povos Indígenas, com sede em Ottawa, Canadá; aliança com o Conselho Índio Sudamérica, com sede em Lima, Peru. Nos dias 17 à 22 de agosto de 1982, sob orientação política da Federação dos Centros Shuar, fundamos na cidade de Puyo, Equador, a COICA - Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica, hoje, com sede em Quito. Foi uma maneira de contrapor à política de Tratado da Cooperação Técnica e de Desenvolvimento da Amazônia. Após tantas conferências internacionais, na condição de coordenador da UNI Nacional e como membro da COICA, no dia 22 de abril de 1990, assinamos os Protocolos de Aliança de Clima Mundis, na cidade de Graz, Áustria, para defender a ecologia em todos os territórios indígenas. Fomos patrocinados pelo prefeito daquela cidade que era ecologista. Realizamos o Convênio com mais de 400 prefeituras européias, para arrecadar o fundo, a fim de estruturar os escritórios indígenas em todas as organizações centrais da Amazônia ( Brasil, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia). Outro convênio dessa natureza foi feito com as organizações não-governamentais dos Estados Unidos e Canadá, no dia 22 de setembro/90, na cidade de Iquitos, Peru.

Francamente, para o Brasil, preparei o campo político e econômico para construir a sede da FOIRN e demais bases da COIAB. Inclusive, a sede da COIAB teve essa cobertura, isto é, tenho sido um fiel lutador da causa indígena. Essas coisas bonitas que fiz em prol do movimento, infelizmente, certos dirigentes da FOIRN e COIAB nem se lembram. Mas, todos os dirigentes encontraram o prato feito e, até o presente, a maior parte do dinheiro vem do exterior para sustentar os escritórios dos índios. E, também, na minha época nunca houve a cobrança de prestação de contas, porque deixamos essa tarefa para pessoas profissionais e comprometidas com a questão indígena. Não tínhamos empregados nas organizações indígenas, isto é, toda nossa luta tinha um critério ideológico de cunho moral. Ninguém ganhava as diárias e não havia a disputa de poder como vejo hoje.

A Solidariedade Internacional X Equilíbrio Ecológico.

Quando começamos defender os territórios indígenas, muitos empresários foram contrários a nossa posição. O Banco Mundial devastou a nossa Amazônia, abriu as Estradas, assentou centenas de colonos que acabaram com a paz dos índios. Construiu Hidrelétricas e tantos outros pólos de “desenvolvimento” Por onde passou esse tipo de “desenvolvimento” devastou a Floresta Amazônica, matou índios, os seringueiros e chegaram muitos garimpeiros que não tinham a vez nas cidades grandes por serem excluídos.

No meio de tantas coisas impostas, a FUNAI tem sido importante para a vida de centenas de índios. Lutou contra as invasões, demarcou as terras e continua fazendo o mesmo, isto é, hoje mais 11% do território nacional pertence aos índios. A FUNAI sempre enfrentou e retirou os garimpeiros, os fazendeiros, as grandes empresas pecuárias e mineradoras, as madeireiras para defender o índio. Nós temos que olhar com carinho e respeito as ações de proteção da FUNAI.

Quando não conseguimos o apoio para demarcar as terras indígenas, sim, que procuramos os aliados internacionais. Depois de tantos danos ecológicos, hoje, o Banco Mundial ajudou a demarcar muitas terras indígenas. Isso foi um avanço para nós, isto é, o mundo precisa de homens que saibam cuidá-lo. Temos muitas organizações que se preocupam com a sobrevivência da Amazônia e do mundo.

O Conselho Nacional dos Povos Indígenas do Brasil – CONPIB.

Após a Constituição de 1988 o movimento indígena brasileiro tomou vários rumos. Vimos a COIAB e CAPOIB que sempre tiveram suas transições políticas, houveram as brigas internas de seus dirigentes. Outros líderes que não faziam parte dessas organizações ficavam por fora das discussões importantes no Congresso, no Senado e nos Ministérios. Não haviam convites para seminários e reuniões internacionais. O que todos almejamos – O Estatuto do Índio nunca avançou, porque os dirigentes das organizações mencionadas estavam mais preocupados com sua imagem internacional e sempre deixaram livre o Congresso Nacional.

Foi por esta razão é que criamos o Conselho Nacional dos Povos Indígenas, CONPIB, com sede em Brasília. Os objetivos básicos são os mesmos, mas a nossa atuação junto a FUNAI, Senado Federal e Congresso Nacional tem sido uma luta ferrenha de corpo à corpo. Os povos Kayapó, Xavante e demais do Xingu marcaram uma posição política firme diante do Estado Brasileiro. Outros líderes somaram a esta luta e, por isso, tivemos o grande prazer de conhecer os parlamentares que são a nosso favor e outros que são contra.

A importância do Conselho Administrativo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – CAF.

Um das passagens importantes na história de luta da FOIRN foi quando discutimos sobre a representação do CAF para Brasília, em janeiro do corrente ano, em São Gabriel da Cachoeira. Timidamente, a secretaria do CAF, assim registrou nas páginas 06 e 07: "SR. ALFREDO (presidente), sugere o nome de Álvaro Tukano para ser a representação política da FOIRN em Brasília, solicitando que as pessoas discutissem essa proposta nos trabalhos de grupo que se seguiria.....Apoiam também o Álvaro para representar a Foirn em Brasília. Sobre esse assunto específico, Sr. Domingos Barreto pondera sobre inviabilidade logística e financeira de ter Álvaro Tukano como representante da Foirn em Brasília e que esse deverá ser encaminhado a COIAB. A indicação ficou então para ser deliberada em outra oportunidade".Esse assunto não comunicado a COIAB. Creio que isso foi difícil, porque a COIAB é muito observada em níveis nacional e internacional e, qualquer erro administrativo afetará à todas baeses.

FEPI - Fundação Estadual de Política Indigenista, AM.

Em respeito à decisão política que tomamos na reunião do CAF, no mês de Abril do corrente ano, a Convite da FEPI, participei da Semana do Índio, em Manaus. Recebi com muita alegria e alívio o convite da FEPI. A Semana do Índio foi muito importante, porque reuniu muitos líderes indígenas e pode organizar os pacotes de vários documentos que tratam da questão indígena. Os documentos que foram distribuídos pela FEPI nos serviram de instrumentos para nossa luta, discutir com maior segurança com nossos parlamentares e dizer-lhes como eles estão errados quando querem subtrair os nossos direitos, e etc.

Conheço o Professor José Ademir Ramos desde 1980. Sou amigo pessoal e sei que este homem leva sério para resolver os problemas indígenas do nosso Estado do Amazonas. Num Estado onde existem mais de Cem Mil Índios, os governantes devem ter muito orgulho de suas raízes, porque temos outros Estados da Federação com pouquíssimos nativos e com pouca terra. Não conheço bem outros Estados, mas creio que no Estado do Amazonas a FEPI tem importância política para os povos indígenas, porque nos dando uma assessoria técnica de qualidade em vários sentidos, com toda certeza nos garante para que possamos defender os nossos ecossistemas variados, as várzeas, as campinas, as terras firmes para fazermos as nossas roças e construir mais aldeias. Nós, índios de mais de 62 etnias merecemos o respeito mútuo e, por isso, as 27 Línguas não podem morrer e temos que saber escolher dirigentes que falem e pratiquem as nossas tradições milenares. Do caso contrário, estaremos colocando pessoas que visem mais no dinheiro do movimento indígena e que na hora de enfrentar o Congresso Nacional essa gente não aparece.

A FUNAI de São Gabriel da Cachocira, AM

No dia 22 de Abril do corrente, com apoio da AER/Gabriel - FUNAI, vim para Brasília, a fim de acompanhar o processo da demarcação da TI Balaio. Durante duas semanas, o Sr. Henrique Veloso Vaz - Administrador, me apoio na alimentação.

Pelo que conheço, foi pela primeira vez que tive o apoio do Administrador, porque nas administrações anteriores não o recebi. Se o povo do Rio Negro soubesse preencher outros líderes nos quadros da FUNAI, certamente teríamos mais força política. O exemplo é o povo Kayapó de Redenção, Pará; os Kayapó Colider, MT, e outros do Parque Nacional do Xingu que tem o escritório dentro do prédio da própria FUNAI. Os brancos aqui são médicos e outros especialistas.

A Representação da COIAB, em Brasília, DF.

O Crisanto Xavante me pediu ajuda para acompanhar os trabalhos junto ao Congresso Nacional e Senado. Para isso, o mesmo se responsabilizou pela minha hospedagem e alimentação.

Não tive tantas dificuldades para visitar as Comissões de Minorias e da Amazônia, para defender os direitos dos povos indígenas, porque conheço vários deputados e senadores que defendem a nossa causa. De 1980 à 2002, tenho observado e acompanhado os trabalhos tumultuados nas duas casas dos Poderes Legislativos.

Como tiramos da gaveta o Estatuto das Sociedades Indígenas.

No dia 27 de agosto de 1999, na condição do Secretário do Conselho Nacional dos Povos Indígenas do Brasil - CONPIB, eu, e Silvério da Silva, Baré, AM, e Otlandino Baré, AM, nós, os índios de São Gabriel da Cachoeira, estivemos no Ministério da Justiça, para termos uma de tantas audiências com Dr. José Gregory. Este nos entregou O Estatuto das Sociedades indígenas que estava engavetado por mais de 11 anos. Conosco estavam o nobre Deputado Federal - Luciano Pizzatto - PFL - PR, o relator do Estatuto e o Dr. Roque Laraia, Presidente Interino da FUNAI. Estava presente o Dr. Sérgio Leitão, amigo que trabalhou no Instituto Sócio-Ambiental. Isso me foi muito gratificante, porque com muita habilidade política e persistente e, ao mesmo tempo, sendo uma minoria conseguimos tirar da Gaveta o tão falado Estatuto.

O Projeto de Lei Número 1610 - Lei de Mineração.

O que me chamou mais atenção no Congresso Nacional foi o PL - 1610 - Lei de Mineração em Terras Indígenas, de autoria do Senador Romero Jucá Filho, Ex-Presidente da FUNAI. Dentro do órgão indigenista oficial existem o Departamento de Assessoria Parlamentar e Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas. Até o

*A. J. Pizzatto*

presente momento eu não conheço nenhuma pressão política dessa gente no Congresso Nacional e no Senado Federal para defender os nossos direitos. Então, não adianta falar mais coisas.

Por incrível que nos pareça, numa reunião, no Gabinete da Liderança do Governo, estávamos eu e Crisanto Xavante. Estiveram os representantes do CIMI, INESC, Comissão do Parque Yanomani e IBAMA. Vergonhosamente, a Dra. Rosângela de Carvalho, atual Chefe do Gabinete, falando em nome do Presidente da FUNAI – Dr. Glenio da Costa Alvarez, disse que o chefe não tinha nenhuma objeção em relação ao PL-1610. E, sim, que podia ser votado.

Após a reunião tensa, por volta da 22:00 horas, cobrei do Dr. Glenio se aquilo que a Rosângela falou era verdade. Num tom de raiva ele me desmentiu por telefone. Ele me disse, que era favorável pela aprovação do Estatuto das Sociedades que foi discutido pelos líderes indígenas, administradores regionais da FUNAI e Ong's indigenistas, e não apoiava de jeito nenhum o Projeto do Romero Jucá. Assim, eu entendi perfeitamente, isto é, para mim a Dra. Rosângela era mentirosa, cínica e sem postura política e ética para defender os nossos direitos.

E, na condição de Chefe do Departamento de Assessoria Parlamentar da FUNAI, esta ficou todo esse tempo fazendo contato com os deputados mineradores: Antônio Feijão PSDB/AP, – garimpeiro e geólogo da USAGAL – União de Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Legal, na época presidida por José Altino Machado; Helton Ronelt, PSDB/RR, empresário da Gold Amazon, dono dos Alvarás de todo Rio Içana – Garimpo da Serra de Tunui, e de centenas de outros alvarás que estão em todo território dos Yanomami. Quem não se lembra do Helton Ronelt? É aquele gaúcho garimpeiro que tinha um avião a jato e que transportava todos os ministros na época do governo José Sarney para Mina de Pitinga, a fim de fazer as reuniões sobre a mineração. É aquele que aparecia na Televisão enrolado numa bandeira nacional para defender a invasão de garimpeiros aos territórios indígenas. No meio destes está o deputado federal Josué Bengston, PFL/PA, que tem estreitas relações públicas com os missionários evangélicos do Summer Institut of Lingüist, em Belém. Este só usa a bíblia à toa, pois na prática ele não tem nada de moral cristã. Sim, estes deputados e Romero Jucá não são amigos dos índios. Infelizmente, muitos de nossos compatriotas – brancos e índios - ainda votarão neles. Por isso, como um conselheiros do CAF vou tomar uma orientação para que os nossos irmãos não sejam enganados pelos políticos que não gostam de nosso povo.

Frente a este quadro político triste, eu e Crisanto Xavante, e os demais representantes ali presentes naquela noite, fomos taxativamente contra o tal projeto que privilegia os requerimentos feitos pelas empresas antes de 1983, isto é, os requerimentos posteriores não foram contemplados. E quem ganha com essa Lei são os grandes grupos empresariais que tanto mal causaram para os povos indígenas da Amazônia, sem contar os exemplos das invasões de garimpeiros. Além disso, o Estado paga pela segurança física de seus empregados e danos de seus maquinários

*W. F. Xavante*



Nos impõe normas, através da FUNAI, para movimentar os 2.5% de *royalt*, divide os nossos povos e não nos dá nenhuma segurança para o nosso futuro e meio ambiente prático.

Portanto, essa Lei do Jucá não tem valor nenhum para a humanidade e para a vida da Selva Amazônica. A meu ver e de outros líderes indígenas do Brasil, a mineração pode ser importante desde que acabe de vez todos os Artigos que só privilegiam os grandes capitalistas que não tem nenhum compromisso com as nossas vidas e com o Brasil. Por cinco vezes, obstruímos a votação do PL-1610. Quem nos apoiou politicamente para não aprovar esse projeto foram a deputada federal Vanessa Graziottin, PC do B/AM, o Babá, PT/PA; Paulo Rocha, PT/PA e a bancada do Estado do Acre. O restante dos deputados federais da bancada da Amzônia nunca nos apoiou. Por exemplo, os senadores Gilberto Mestrinho, hoje, candidato ao Governo do Estado do Amazonas e senador Bernardo Cabral não querem saber da demarcação das terras indígenas. Os deputados federais, por exemplo, Francisco Garcia, Arthur Neto, Pauderney Avelino, Atila Lins, Luis Fernando e Pastor Silas, hoje, querem os votos dos índios, apesar de nunca terem dado nenhuma força para a aprovação do Estatuto do Índio. Estes não merecem os votos dos índios.

#### A troca de Presidência da FUNAI.

Por defender a Constituição Brasileira, Capítulo VIII, dos Índios, Artigos 231 e 232, o Dr. Vagner Senna, Chefe do DEPIMA, foi contrário a mineração em terras indígenas. O senhor Romero Jucá e outros deputados mineradores pediram a cabeça do Dr. Glenio ao Ministro da Justiça, Miguel Reale. Entrou o Dr. Otacilio Antunes disposto para cumprir o desejo do Romero Jucá. Trouxe o Dr. Aúreo Faleiros, também, disposto para abrir a minefação e a Dra. Rosangela de Carvalho, apesar de não merecer nenhuma confiança dos líderes do CONPIB ganhou a Chefia do Gabinete. Isso foi muito chato, e fomos ter uma conversa séria com Deputado Federal Aécio Neves. Este nos garantiu de que a matéria não seria votado nesse ano, a não ser na próxima legislatura, após uma discussão profunda.

Graças a crise política do próprio Governo Federal, houve a troca de Ministro da Justiça. Hoje, o Dr. Artur Nobre Mendes é uma pessoa extremamente capacitada e, por isso, tem uma equipe à altura de nossas expectativas. Para nós foi um alívio e uma derrota para todos àqueles que eram a favor da mineração em terras indígenas.

#### A Convenção 169/OIT e o Protocolo de Kyoto.

No Senado Federal tivemos o apoio do Tião Viana, PT/AC, que entregou uma carta ao Presidente – Ramez Tebet, no dia 19 de abril do corrente ano, para aprovar a Convenção 169/OIT e Protocolo de Kyoto.

A Senadora Marina Silva que tem espírito indígena para defender a Floresta e seus povos, índios, seringueiros e outros, sem dúvida, foi a mais brilhante para causa de nossas vidas. O trabalho que ela fez não tem nenhum preço, pois é a moral, a dignidade que essa mulher ensinou naquela casa. A outra grande mulher para esta causa nobre foi a Senadora Heloisa Helena. Eu, como liderança do Estado do Amazonas, procurei o Senador Jefferson Perez, PDT/AM. Sempre mantendo o estilo parlamentar sério, o nobre senador sempre me recebeu muito bem no gabinete e me prometeu articular junto com os senadores acima mencionados para aprovação destas leis internacionais. Através da Marina e Jefferson Perez, ainda conseguimos uma audiência com Senador Romeu Tuma e pedimos que ele retirasse a Emenda que defendia a retaliação da Convenção 169/OIT, por motivos ideológicos por este sido Diretor da Polícia Federal.

Assim, no dia da votação o Romeu Tuma renunciou a emenda e recomendou para todos votassem na íntegra. Expressou o Jefferson Perez, dizendo que o Estado Brasileiro era o maior devedor com os povos indígenas; e que a Convenção 169/OIT que fora engavetado não poderia continuar como estava e pediu à todos para votassem na íntegra, pois assim o senado salvaria os verdadeiros brasileiros que conseguiram se sobreviver diante de tantas atrocidades cometidas durante os 500 anos de mentira.

Pelo Governo, o Senador Romero Jucá, foi diferente. Deu apoio ao projeto. Falou, também, o ex-Ministro da Justiça – Renam Calheiros. Disse que no governo dele é que se demarcou mais terras indígenas no Brasil. Parabenizou aos índios e pediu os votos de sua bancada. Falou o senador Eduardo Suplicy e pediu os votos da bancada. Enfim, conseguimos a aprovação.

Os meus companheiros de luta e morte do Ex-Deputado Federal, Mário Juruna, em Brasília, DF.

Durante muitos anos é que empenhei para me reunir com as diversas lideranças indígenas do Centro-Oeste - Kayapó (Megarom, Raoni e outros guerreiros ); Yaualapiti ( Aritana e Piracumã e outros guerreiros) e, juntos conseguimos bloquear o PL-1610, no Congresso Nacional e entregamos o documento nas mãos do Aécio Neves por onde manifestamos as nossas preocupações contrárias. Fomos ao Banco Mundial para pedir o apoio e conseguimos o apoio de amigos para noticiar os nossos trabalhos na imprensa nacional e internacional.

No dia 17 de julho de 2002, faleceu o nobre amigo e irmão Mário Juruna. Foi uma grande perda e, ao mesmo tempo, todos os líderes do CONPIB estávamos no

Congresso Nacional por onde o corpo foi velado. O Dr. Otacílio Antunes nos ajudou a levar o corpo do Mário Juruna para sua terra natal.

Seguindo a minha agenda de trabalho, nesse mesmo dia viajei para São José, Costa Rica, a fim de participar o XX Curso Interdisciplinário em Direitos Humanos promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos e voltei no dia 04 de agosto.

Poderia lhe dizer muitas coisas a mais, porém, creio que a vida do homem público pode ser escrita ou comentada através de ações concretas. Portanto, sem receber nenhum financiamento interno e externo, o CONPIB soube atuar a luta nas bases e mesmo na Esplanada dos Ministérios, e sempre estivemos juntos para defender os Direitos da Criança e Adolescente, os Direitos da Mulher Indígena, o Direito à Saúde, à Educação, e etc.

- Conclusão.

Quero agradecer à todos líderes que acreditam na nossa capacidade de articular e mobilizar o nosso povo para frear os projetos que não garantem o nosso futuro. À todos os líderes do Rio Negro, CAF, quero dizer o seguinte: Estamos numa época eleições. Eu não quero que nossos irmãos votassem nas pessoas que não têm nenhum compromisso político conosco. Então, vamos votar assim:

Presidente – LULA.

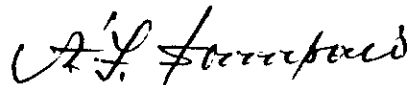
Governador – JOÃO PEDRO

Senadores – Jefferson Perez e Lúcia Antony

Deputada Federal – Vanessa Graziottin

Deputada Estadual – Dra. Maria do Carmo.

Atenciosamente,



Álvaro Fernandes Sampaio - Tukano.